

Fim da euforia Bancos privados se mostram pouco animados a parar de reduzir posições

Crédito externo pode secar mais

12 AGO 2002

VALOR ECONÔMICO

Cristiane Perini Lucchesi
De São Paulo

Logo após o anúncio do acordo com o Fundo Monetário Internacional, na quarta-feira, muitos acreditavam que o crédito externo dos bancos privados voltaria, principalmente o de mais curto prazo e voltado à exportação. Os mais pessimistas diziam que o acordo, pelo menos, reduziria a sangria de linhas —as instituições financeiras internacionais parariam com o movimento de redução de posições no país.

Mas, após a euforia inicial pós-acordo, o mercado passou a se questionar até que ponto o pacote de ajuda de US\$ 30 bilhões será suficiente para reverter de forma significativa a tendência de aperto no crédito privado externo. Às vésperas das disputadas eleições presidenciais do país, e com o candidato do governo, José Serra, que representa a continuidade da atual política econômica, indo mal nas pesquisas de opinião, os bancos estrangeiros não parecem dispostos a alterar a decisão de reduzir exposição ao país.

As linhas de curto prazo, inclusive as destinadas ao financiamento à exportação, devem continuar sendo afetadas. Segundo explicou dirigente de um banco europeu, a razão para o corte maior nessas linhas não implica que os bancos não querem mais financiar a exportação no país por 90 ou 180 dias. Os bancos continuam preferindo dar crédito à exportação e de curto prazo, considerado menos arriscado. Mas, a matriz determina redução imediata na exposição ao país de, digamos, 20% a 30%. E não quer saber detalhes, só resultados.

Os bancos vão ao mercado secundário e não conseguem ven-



Joaquim Kokudai, diretor do banco Lloyds TSB: "Ainda não vejo a volta das linhas externas privadas ao país"

der seus empréstimos de prazo de vencimento mais longo que fizeram às empresas brasileiras e que ficaram em suas carteiras, pois não há comprador. Resta às instituições cortarem a renovação das operações que têm vencimento agora, como o crédito à exportação. É a forma mais rápida e fácil de reduzir sua exposição, como pede a matriz. Além das linhas de financiamento à exportação e importação, os demais tipos de dívidas externas de empresas que vencem também não são roladas.

A Gerdau, por exemplo, já de-

sistiu de rolar uma operação de "US Commercial Paper" (nota promissória no mercado americano) que vence no próximo dia 30, de US\$ 140 milhões. Vai pagar com recursos de caixa. Os bancos estrangeiros também estão reduzindo fortemente suas posições em títulos da dívida interna brasileira à medida que eles vão vencendo, uma forma eficiente de reduzir exposição ao país sem ter de vender os títulos em um mercado secundário sem compradores. O acordo com o FMI deve alterar pouco esse movimento.

Os apelos do Banco Central e do Ministério da Fazenda a dirigentes de bancos estrangeiros no país adiantam pouco neste momento, dizem os bancos. Os dirigentes nas matrizes, que vêm o valor das ações caírem cada vez que têm de explicar aos analistas a razão pela qual ainda têm tantos ativos no Brasil, não parecem sensíveis aos apelos dos seus pares ou de autoridades no Brasil. Sem saber qual será a equipe econômica a governar o país a partir de 2003, os bancos querem tirar o "risco Brasil" de seus ativos.

"A velocidade da volta do crédito externo vai depender das eleições presidenciais. Esse é o grande fator", afirma Henrique Alvares, diretor do J.P.Morgan. Segundo ele, o acordo com o FMI serve como "catalisador" de posições. "Tudo vai depender da reação dos candidatos ao acordo e da reação do público em relação à reação dos candidatos", diz ele. O J.P. Morgan Chase cortou para US\$ 2,1 bilhões em junho sua exposição ao país, que era de US\$ 2,8 bilhões um ano antes.

O Citigroup, que na crise de 99 saiu na frente e anunciou um mega pacote de crédito à exportação ao país, não parece disposto a fazer o mesmo hoje, por causa do risco eleitoral. Seus dirigentes têm evitado entrevistas a respeito do Brasil. Segundo apurou o Valor, o titular do Citigroup, William Rhodes, teria sido fundamental para possibilitar o acordo do país com o FMI. Ele teria participado diretamente das negociações. Segundo a "Bloomberg", o Citigroup reduziu em US\$ 2,1 bilhões sua exposição ao Brasil no final de junho com relação ao primeiro trimestre, para US\$ 9,3 bilhões.

Sem a liderança dos grandes bancos americanos, como o Citi, o BankBoston, o J.P. Morgan e o Bank of America, ou dos espanhóis BBVA e Santander, os demais bancos não vão se arriscar mais no país. Nenhum desses bancos maiores se manifestou com relação a uma mudança da política de crédito após o acordo do FMI. "A posição dos bancos é de cautela por causa das eleições", afirma Mohcine Busta, diretor do Société Générale. "Ainda não vejo a volta das linhas externas privadas ao país", diz Joaquim Kokudai, diretor do banco Lloyds TSB.

MARCELO SOUBHIA/FOTOSITE/VALOR